



AVEIRO
Câmara Municipal

EDITAL N.º 72/2018

HASTA PÚBLICA POR LICITAÇÃO VERBAL, PARA ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU DE SERVIÇOS, AS LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MUNICIPAL MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO

Faz-se público que, em conformidade com a deliberação de Câmara de 20/09/2018, e nos termos do preceituado no art.º 45.º do Regulamento das Feiras, Venda Ambulante, Mercados e Atividades Diversas do Município de Aveiro (doravante Regulamento), publicado através do Edital 34/2014, de 08 de junho e no Boletim Municipal Informativo de junho de 2014, que se encontra disponível no *síte* da Autarquia, em www.cm-aveiro.pt, e no Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, no dia 31 de outubro de 2018, pelas 10h30m, no pequeno auditório do Centro de Congressos de Aveiro, sito no Cais da Fonte Nova, união das freguesias da Glória e Vera-Cruz, em Aveiro, se procederá à Hasta Pública, por licitação verbal, para a arrematação do direito de ocupação de quatro lugares de venda, para instalação e exploração de estabelecimento de comércio e/ou de serviços, as Lojas 8, 13, 16 e 17 do Mercado Municipal Manuel Firmino, no Município de Aveiro, de acordo com os Requisitos e Condições constantes no ANEXO I, as peças gráficas constantes do ANEXO II e os ANEXOS III a VIII, todos parte integrante deste edital.

Para constar, publica-se o presente Edital e outros de igual teor, que irão ser afixados nos lugares de estilo, bem como nos lugares dos mercados municipais a esse fim destinados.

Aveiro, aos 02 de outubro de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO,


José Agostinho Ribau Esteves, Eng.



HASTA PÚBLICA | 2018-72



ANEXO I REQUISITOS E CONDIÇÕES

1. ENTIDADE ADJUDICANTE:

A entidade adjudicante é o Município de Aveiro, representado pela sua Câmara Municipal, sita no Centro de Congressos de Aveiro, no Cais da Fonte Nova, união das freguesias da Glória e Vera Cruz, Apartado 244, 3811-904 Aveiro, com o contacto telefónico 234 406300, o contacto telefax 234 406301 e com sítio na *internet* em www.cm-aveiro.pt.

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO:

2.1 A Hasta Pública tem por objeto o direito de ocupação de quatro lugares de venda, as Lojas 8, 13, 16 e 17 do Mercado Municipal Manuel Firmino, no Município de Aveiro, melhor identificados no quadro abaixo e no ANEXO II, para, nos termos dos n.º 1 e 2 do art.º 38.º e alínea a) do art.º 40.º do Regulamento, instalação e exploração de um estabelecimento de comércio e/ou de serviços, isto é, um estabelecimento de venda a retalho de produtos alimentares e de outros produtos e serviços de consumo usual e generalizado, não sendo permitido instalar:

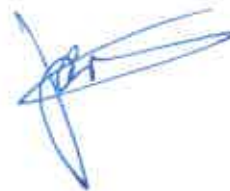
- a) Agências bancárias;
- b) Companhias de seguros;
- c) Estações de correios;
- d) Estabelecimentos de restauração;
- e) Estabelecimentos de bebidas;
- f) Estabelecimentos equiparáveis aos constantes das alíneas anteriores;
- g) Qualquer atividade ilegal ou relacionada a produtos ilegais, bem como os relacionados com as substâncias NSP, objeto do Decreto-Lei n.º 54/2013, de 17/04, e constantes da lista aprovada pelo Portaria n.º 154/2013, de 17/04.

Lugar de Venda	Área	Taxa de Ocupação Mensal (€6,13/m²)	Atividade Comercial e ou de Serviços *
Loja n.º 8	39,07 m²	€239,50	Os incluídos no Código de Atividades Económicas com exclusão dos respeitantes às atividades interditas, identificadas nas alíneas acima
Loja n.º 13	33,55 m²	€205,66	
Loja n.º 16	36,82 m²	€225,71	
Loja n.º 17	39,07 m²	€239,50	

* sem transformação de produtos no local



HASTA PÚBLICA | 2018-72



2.2 O valor base de licitação corresponde ao valor da taxa de ocupação mensal, acrescido de Imposto de Valor Acrescentado (IVA), indicado no quadro no número anterior do presente edital.

2.3 Não serão aceites propostas de valor inferior ao valor base de licitação.

3. PRAZO DA LICENÇA:

3.1 O prazo da licença, não renovável, é de 10 anos a contar da data da sua emissão.

3.2 A licença atribuída pode ser denunciada pelo titular desta ou pela Câmara Municipal de Aveiro, com aviso prévio por escrito, de 30 dias seguidos relativamente à data em que lhe pretende pôr fim.

3.3 O titular da licença deve proceder à desocupação do lugar de venda até ao último dia do termo do prazo da licença.

4. CONSULTA DO PROCESSO, ESCLARECIMENTOS E VISITA AO LOCAL:

4.1 O presente processo pode ser consultado na Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo, da CMA, sita no Cais da Fonte Nova, 3810-200 Aveiro, todos os dias úteis das 09H30m às 12H30m e das 13H30m às 16H30m ou nos Mercados Municipais (Santiago, Manuel Firmino e José Estevão), no seu horário de funcionamento, desde a data da publicação do presente edital.

4.2 As peças do processo estão ainda disponíveis para consulta no sítio da *Internet* da CMA, em www.cm-aveiro.pt, competindo aos interessados a verificação comparativa do conteúdo das mesmas com as peças patenteadas na Hasta Pública.

4.3 O esclarecimento sobre quaisquer dúvidas do procedimento poderá ser obtido presencialmente na Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo, da CMA, na morada indicada no ponto 4.1.

4.4 Os lugares de venda podem ser visitados durante o horário de funcionamento do Mercado Manuel Firmino, das 07H00m às 13h30 e das 16h30 às 19H00m, de segunda-feira a sábado, devendo, para o efeito, os interessados dirigirem-se a um Fiscal do Mercado.

4.5 A visita poderá ser solicitada em horário diferente do anteriormente mencionado, através do telefone 234 406 300, ou através de correio eletrónico para o endereço (ddee_gfc@cm-aveiro.pt), ficando sujeita a agenda e confirmação.



HASTA PÚBLICA | 2018-72

5. CONDIÇÕES DE ADMISSÃO:

- 5.1** É proponente a pessoa, singular ou coletiva, com exceção de sociedade anónima, desde que reúna as condições exigíveis para o exercício da respetiva atividade e tenha a sua situação contributiva e fiscal devidamente regularizada.
- 5.2** Não pode ser proponente, a entidade que se encontre em alguma das situações referidas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).
- 5.3** Cada pessoa, singular ou coletiva, apenas pode ser titular de, no máximo, dois lugares de venda no mesmo mercado municipal.
- 5.4** Pode concorrer o proponente, desde que apresente previamente no Gabinete de Atendimento Integrado da CMA, sito no Centro de Congressos de Aveiro, Cais da Fonte Nova, 3810-200 Aveiro, até às 16H00m do dia 26/10/2018, os documentos abaixo descritos, a fim de se verificar se se encontram preenchidos os requisitos previstos, sob pena de não admissão:
 - a) Declaração de identificação do concorrente e de sujeição às condições descritas neste procedimento, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as disposições legais respeitantes à atividade comercial e/ou de serviços a exercer, em conformidade com os modelos constantes do ANEXO III;
 - b) Declaração de início ou alteração de atividade, para empresários em nome individual, e Certidão Permanente para pessoa coletiva (ou código de acesso);
 - c) Certidão comprovativa de que não se encontra em dívida ao Estado, por contribuições ou impostos (ou código de acesso);
 - d) Certidão comprovativa da situação regularizada perante a Segurança Social (ou código de acesso);
 - e) Declaração sob compromisso de honra, de que não se encontra em dívida para com o Município de Aveiro.
- 5.5** Até às 16H00m do dia 30/10/2018 podem ser entregues pelos interessados os documentos ou esclarecimentos solicitados pelo Júri, via telefone ou correio eletrónico.
- 5.6** Não é admitida a entrega de quaisquer documentos no dia da Hasta Pública, à exceção da declaração de representação.
- 5.7** A prestação culposa de falsas declarações pelos concorrentes determina a rejeição da sua admissão, a rejeição da sua licitação e a invalidade da arrematação e dos atos subsequentes.

6. BASES MÍNIMAS E CRITÉRIO DE ARREMATÇÃO:



HASTA PÚBLICA | 2018-72

- 6.1 O primeiro lance será de valor igual ao valor base abaixo indicado, não sendo aceites lances de valores inferiores.

Lugar de Venda	Área	Valor base de licitação	Atividade Comercial e ou de Serviços
Loja n.º 8	39,07 m ²	€239,50	Os incluídos no Código de Atividades Económicas com exclusão dos respeitantes às atividades interditas, identificadas nas alíneas acima
Loja n.º 13	33,55 m ²	€205,66	
Loja n.º 16	36,82 m ²	€225,71	
Loja n.º 17	39,07 m ²	€239,50	

- 6.2 Não são admitidos lances inferiores a 5,00 euros.
- 6.3 O critério de arrematação é o do valor do lance mais elevado proposto por lugar de venda, a realizar em Ato Público, nos termos especificados nos pontos seguintes.

7. ATO PÚBLICO DE ARREMATAÇÃO:

- 7.1 O Ato Público terá lugar no dia 31 de outubro de 2018, pelas 10H30m, no Pequeno Auditório, do Centro de Congressos de Aveiro, sito no Cais da Fonte Nova, união das freguesias da Glória e Vera-Cruz, 3810-200 Aveiro.
- 7.2 A Hasta Pública será conduzida por um júri, designado por deliberação da Câmara Municipal de Aveiro, constituída pelos elementos abaixo indicados, e inicia-se com a identificação da lista de concorrentes admitidos, e de seguida a abertura da praça.
- Presidente - André Cester Costa
 - Vogais Efetivos - Cristina Ferreira;
Rita Freitas;
 - Vogais Suplentes - Ricardo Torrão;
Alice Marques.
- 7.3 Só podem licitar os concorrentes admitidos, devidamente identificados ou seus representantes munidos de procuração com poderes especiais para o Ato ou declaração de representação.
- 7.4 Se por motivo justificado, não for possível à Câmara Municipal de Aveiro realizar o Ato Público na data fixada, todos os concorrentes serão notificados da nova data e horário da sua realização.
- 7.5 O Júri que preside à praça pode a todo o momento suspender o Ato se verificar a ocorrência de factos que possam falsear ou desvirtuar os objetivos da Hasta Pública.



HASTA PÚBLICA | 2018-72

- 7.6 Quaisquer irregularidades relativas à abertura da praça, admissão de concorrentes, licitação e arrematação apenas poderão ser arguidas até ao encerramento da Hasta Pública.
- 7.7 O conluio de licitantes determina a exclusão imediata dos concorrentes.
- 7.8 A licitação por lugar de venda termina quando o Presidente do Júri tiver anunciado por 3 (três) vezes o lanço mais elevado e este não for coberto, e acrescentar a expressão, 'arrematado'.
- 7.9 Terminada a licitação, será elaborado pelo Júri do procedimento o respetivo auto de arrematação.

8. PAGAMENTO DO VALOR DE ARREMATAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO:

- 8.1 O pagamento do valor da arrematação por lugar de venda, acrescido IVA, à taxa legal em vigor, será efetuado no dia da Hasta Pública, após o seu término.
- 8.2 Deverá ser prestada caução, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as suas obrigações legais enquanto titular do direito de ocupação do lugar de venda, a qual será mantida até ao termo do prazo da licença, através de depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução, em conformidade com os modelos indicados no ANEXO IV ao presente Edital, no prazo de 10 dias úteis a contar da Hasta Pública, no valor de 5% sobre o valor da taxa de ocupação pelo prazo de 10 anos, da seguinte forma:

Lugar de Venda	Área	Caução
Loja n.º 8	39,07 m ²	€1.437,00
Loja n.º 13	33,55 m ²	€1.233,96
Loja n.º 16	36,82 m ²	€1.354,26
Loja n.º 17	39,07 m ²	€1.437,00

- 8.3 O não cumprimento do disposto no número anterior implica a revogação da arrematação e a consequente atribuição ao concorrente que tiver apresentado o lanço mais alto, por lugar de venda, imediatamente anterior ao do arrematante.
- 8.4 A desistência após o pagamento não implicará o pagamento de qualquer valor adicional nem dará lugar à devolução do valor pago.

9. EMISSÃO DA LICENÇA:

- 9.1 O pagamento do valor da arrematação por lugar de venda e a prestação da caução, constituem condições indispensáveis à emissão da licença, a qual será emitida no prazo máximo de 15 dias úteis após o cumprimento das referidas obrigações.



HASTA PÚBLICA | 2018-72

- 9.2 O concorrente será notificado por telefone ou correio eletrônico, para comparecer na Câmara Municipal a fim de se proceder ao levantamento da licença.
- 9.3 A falta de comparência no dia e hora marcados ou do cumprimento de qualquer obrigação que impossibilite a emissão da licença, quando imputáveis ao seu titular, serão considerados como desinteresse pela arrematação e desistência dela, ficando a Câmara Municipal, autorizada a efetuar a arrematação ao segundo lance de maior valor.

10. TAXAS DE OCUPAÇÃO E OUTRAS RECEITAS:

- 10.1 A ocupação do lugar de venda está sujeita ao pagamento mensal da taxa de ocupação, calculada nos termos do ponto 1.1 do Capítulo V do Anexo I do RMTOR e do Edital 01/2018, de 02/01/2018, no valor identificado no quadro abaixo:

Lugar de Venda	Área	Taxa de Ocupação Mensal (€6,13/m ²)
Loja n.º 8	39,07 m ²	€239,50
Loja n.º 13	33,55 m ²	€205,66
Loja n.º 16	36,82 m ²	€225,71
Loja n.º 17	39,07 m ²	€239,50

- 10.2 O pagamento da taxa de ocupação mensal pelo titular é efetuado no primeiro mês seguinte ao da emissão da licença de ocupação, independentemente da data de início da atividade no bem do domínio público.
- 10.3 Sem prejuízo das atualizações que a Tabela de Taxas e Outras Receitas do RMTOR venha a sofrer, as taxas atuais são as referidas nos pontos anteriores do presente Edital.
- 10.4 A taxa de ocupação pode ser paga diretamente na tesouraria municipal, por transferência bancária, cheque, vale postal, multibanco ou quaisquer outros meios automáticos ou eletrônicos existentes e seguros, sendo para o efeito indicado no documento de cobrança as referências necessárias.
- 10.5 A ocupação do espaço com frigoríficos, aparelhos de frio ou outras instalações de apoio está sujeita a taxa de ocupação diária, mensal ou anual, calculada nos termos dos pontos 1.7 a 1.14 do Capítulo V do Anexo I do RMTOR e do Edital n.º 01/2018, de 02/01/2018.
- 10.6 A falta de pagamento das taxas ou de outros encargos financeiros por período superior a três meses implica a caducidade do direito de ocupação do lugar de venda, sem prejuízo do acréscimo de juros de mora à taxa legal em vigor e da



HASTA PÚBLICA | 2018-72

emissão de certidão de dívida para cobrança coerciva em processo de execução fiscal.

11. LICENCIAMENTO, OUTRAS OBRIGAÇÕES E ENCARGOS:

- 11.1** A licença de ocupação não abrange outros direitos para além da ocupação e exploração da atividade na Loja, nomeadamente, a afixação de publicidade comercial, outro direito de ocupação de espaço público ou atividade ruidosa, os quais estão sujeitos a prévio licenciamento ou comunicação à Câmara Municipal, nos termos do “Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro”, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015.
- 11.2** O bem de domínio público, a loja, é entregue ao titular nas condições físicas em que se encontra, bem como os equipamentos existentes e instalações de apoio, identificados no ANEXO II, sendo o seu titular, a partir dessa data, responsável pela manutenção, higiene e segurança do espaço, devendo assegurar o bom ambiente entre os lojistas.
- 11.3** Compete ao titular requerer, custear, obter e manter em vigor todas e quaisquer licenças e autorizações necessárias ao exercício das atividades integradas ou de algum modo relacionadas com o objeto da Hasta Pública, observando todos os requisitos legais existentes, ou que vierem a existir, que para tal sejam necessários.
- 11.4** São da responsabilidade do titular quaisquer encargos decorrentes da utilização, bem como os necessários à instalação e funcionamento do estabelecimento.
- 11.5** É da responsabilidade do titular a assunção de um sistema de seguros eficaz de cobertura de danos de responsabilidade civil, devendo assegurar a existência e a manutenção em vigor das apólices de seguro necessárias para garantir uma efetiva e extensiva cobertura dos riscos do objeto da Hasta Pública.
- 11.6** Obrigações do titular da licença, nomeadamente:
 - a) A execução das obras acessórias necessárias à instalação dos contadores de energia elétrica, água, gás, comunicações e internet, bem como a liquidação das contas relativas aos respetivos consumos e demais despesas inerentes ao funcionamento do estabelecimento;
 - b) Apresentar memória descritiva e respetivo desenho, com localização do equipamento e mobiliário a instalar, e indicação dos materiais a aplicar e eventuais alterações a infraestruturas;
 - c) Assegurar a manutenção e conservação da loja e demais acessórios afetos e, do espaço circundante, em perfeitas condições de higiene, segurança, operacionalidade, funcionamento, conservação, manutenção e limpeza, bem



HASTA PÚBLICA | 2018-72

como as obras necessárias à conservação, reparação e beneficiação, decorrendo por sua conta as despesas;

- d) Em relação à Loja 17, acresce a responsabilidade de assegurar a conservação do painel de azulejo existente na parede interior poente da loja;
 - e) Exibir, sempre que lhe seja solicitado por qualquer trabalhador municipal em serviço no mercado, devidamente identificado, a licença de ocupação, bem como de apólices de seguro;
 - f) Permitir aos trabalhadores municipais e autoridades sanitárias as inspeções e vistorias consideradas convenientes, assim como cumprir as ordens e determinações por si emanadas;
 - g) Responder pelos prejuízos e danos ocorridos nos locais que ocupam, provocados por si ou pelos seus empregados e colaboradores;
 - h) O cumprimento das obrigações constantes do art.º 73.º do Regulamento, ANEXO V;
 - i) A salvaguarda das proibições constantes do art.º 74.º do Regulamento, ANEXO V;
 - j) O cumprimento do Regulamento Interno do Mercado Manuel Firmino, ANEXO VI;
 - k) Zelar pela salvaguarda das proibições do art.º 75.º do Regulamento, ANEXO V.
- 11.7** A atividade deve ser iniciada e comunicada até 60 dias seguidos após a emissão da licença, sob pena de caducidade, salvo se forem apresentados motivos justificativos devidamente fundamentados, que atestem que o atraso não é imputável ao titular da licença, nos termos do n.º 2 do art.º 53.º do Regulamento.
- 11.8** Dá-se como início da atividade e abertura do estabelecimento a data considerada no requisito da apresentação de mera comunicação prévia de acesso à atividade e instalação de estabelecimento nos termos do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual, caso se aplique.
- 11.9** A revogação da atribuição da licença, a caducidade da licença implica a desocupação do bem de domínio público no estado em que lhe foi entregue, no prazo fixado, sendo expressamente interdita a deterioração das paredes, chão, teto e infraestruturas, nomeadamente, originada pela retirada da instalação de equipamento.
- 11.10** O não cumprimento das condições e requisitos da Hasta Pública implica a perda dos direitos sobre o lugar de venda atribuído, a revogação da arrematação, a caducidade do respetivo direito, bem como das importâncias pagas.

12. FORO COMPETENTE:

Para resolução de todas as questões e litígios emergentes do presente procedimento e do direito de ocupação e exploração atribuído é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro.

13. DISPOSIÇÕES SUPLETIVAS:



HASTA PÚBLICA | 2018-72

Em tudo o que estiver omissa no presente procedimento de concurso, rege o disposto no Regulamento das Feiras, Venda Ambulante, Mercados e Atividades Diversas do Município de Aveiro, publicado através do Edital 34/2014, de 08 de junho, e no Boletim Municipal Informativo de junho de 2014, no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015, encontrando-se disponíveis no *site* da Autarquia, em www.cm-aveiro.pt, e no Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, e demais regulamentos municipais quanto a matérias especificamente reguladas, e subsidiariamente, o Código do Procedimento Administrativo.



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO II

LUGARES DE VENDA

LOCALIZAÇÃO, CARATERÍSTICAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE APOIO
[Mercado Manuel Firmino | Loja 8]



LUGAR DE VENDA

União de Freguesias	Lugar	Toponímia	Área	Taxa de Ocupação Mensal
Glória Vera Cruz	Vera Cruz	Mercado Manuel Firmino, Praça do Mercado, R/c, L8, 3800-223 Aveiro	39,07 m ²	€239,50

INSTALAÇÕES DE APOIO

Localização		Designação	Afetas	Comuns
Piso 1	Norte	Instalações Sanitárias	--	X

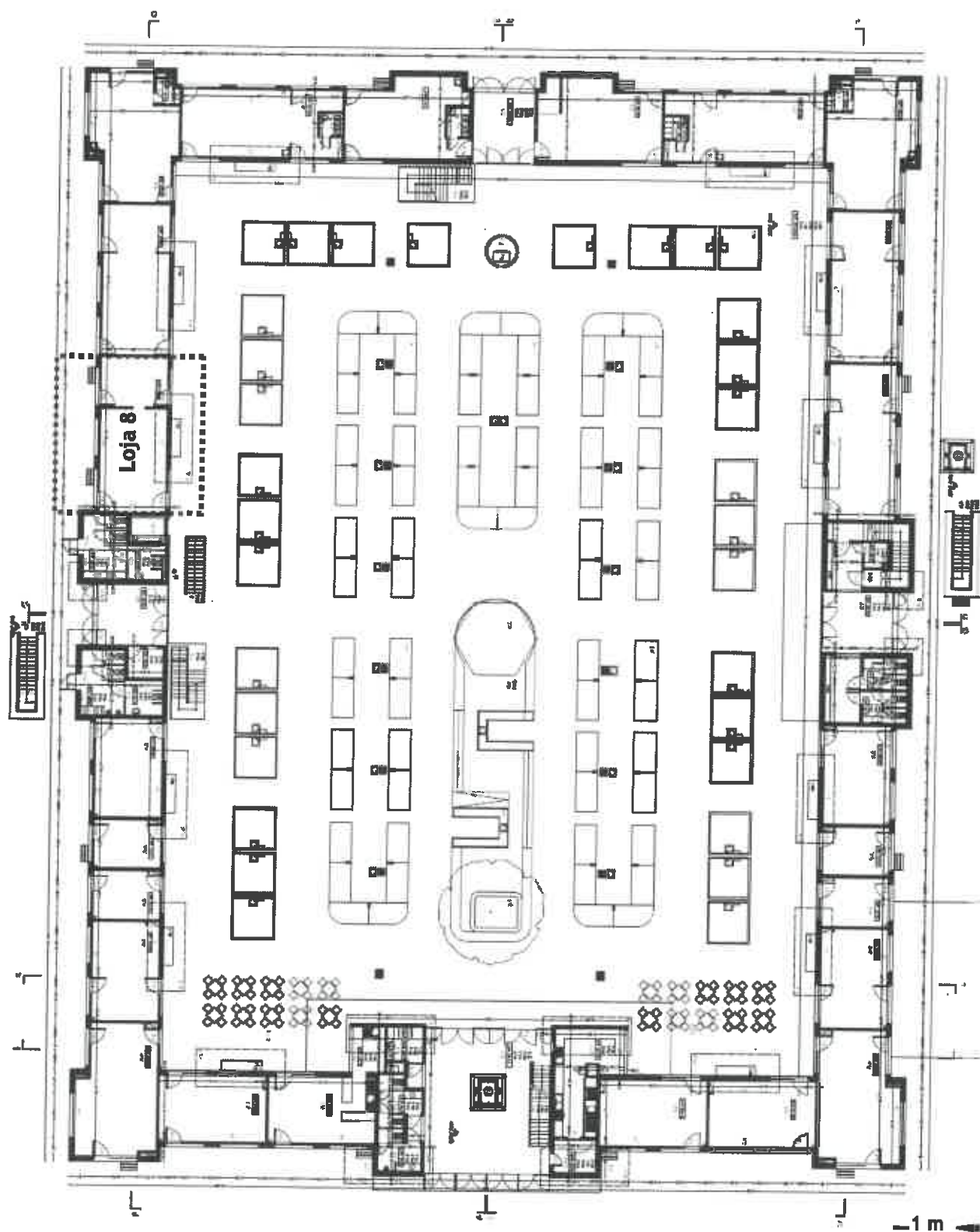
EQUIPAMENTOS

N.º	Designação	Afetas	Comuns
--	--	--	--



[Firma manuscrita]

HASTA PÚBLICA | 2018-72

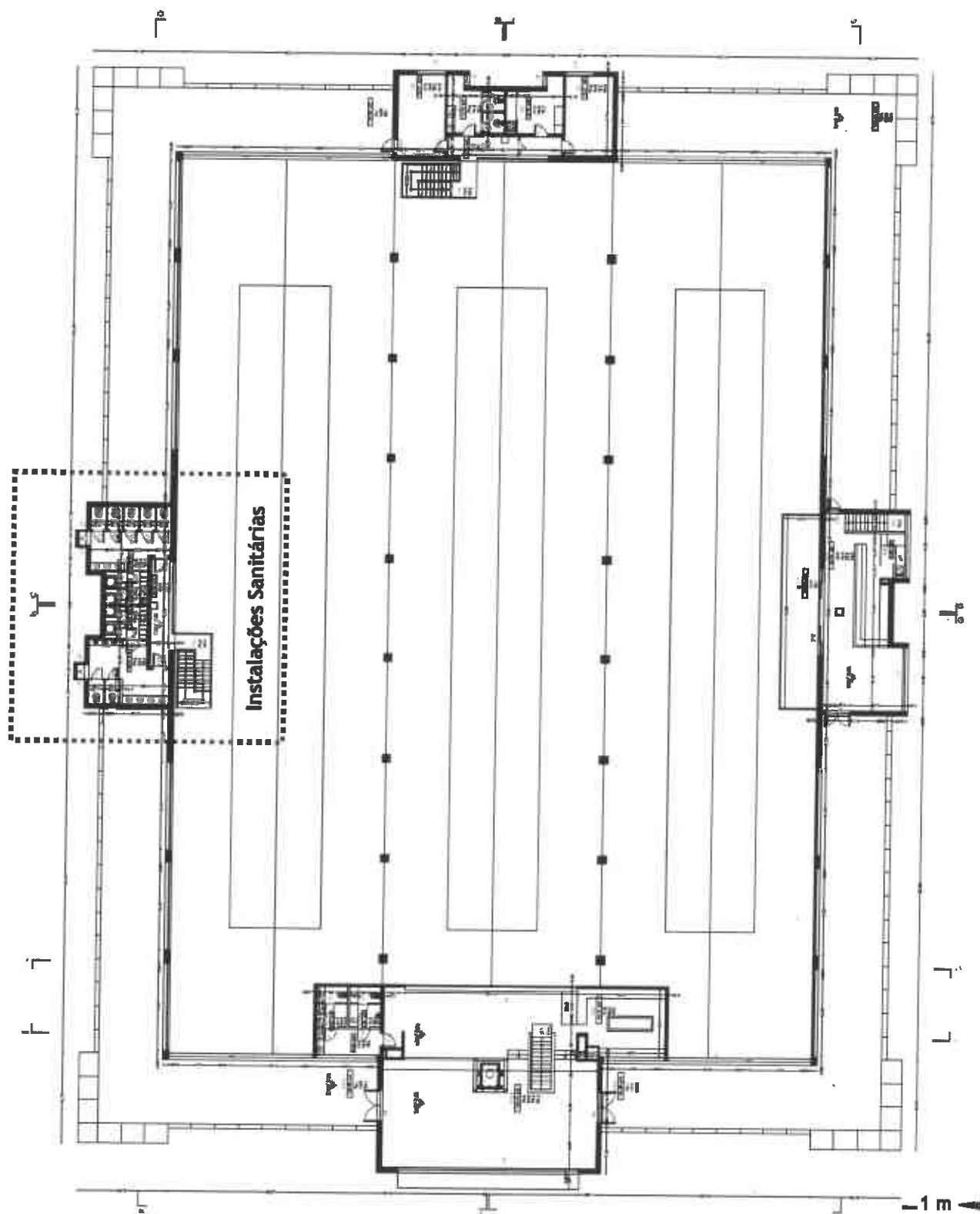


Planta Piso Térreo



[Handwritten signature]

HASTA PÚBLICA | 2018-72



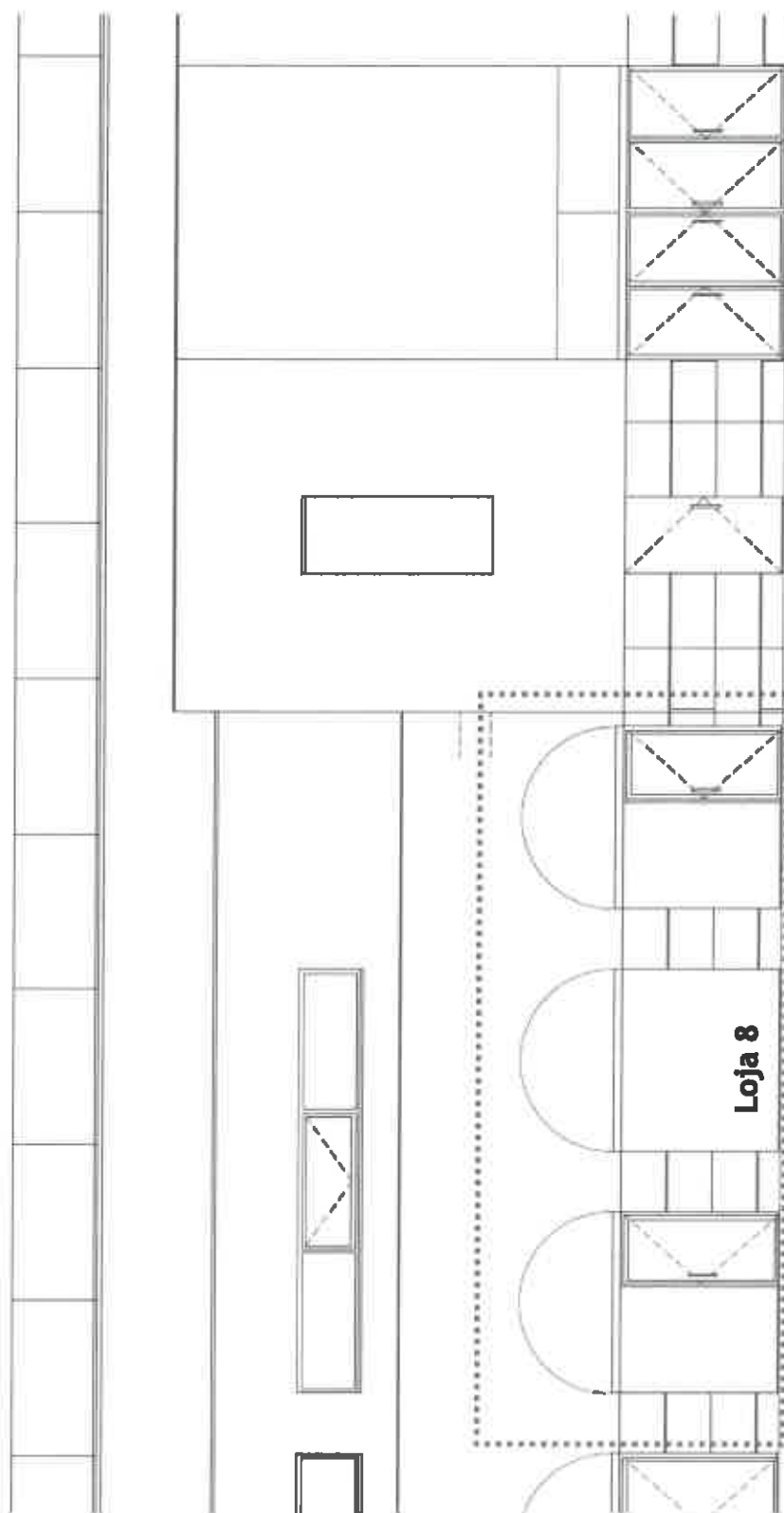
Planta Piso 1

[illegible]

1000



HASTA PÚBLICA | 2018-72



Alcaldía Norte



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO II

LUGARES DE VENDA

LOCALIZAÇÃO, CARATERÍSTICAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE APOIO
[Mercado Manuel Firmino | Loja 13]



LUGAR DE VENDA				
União de Freguesias	Lugar	Toponímia	Área	Taxa de Ocupação Mensal
Glória Vera Cruz	Vera Cruz	Mercado Manuel Firmino, Praça do Mercado, R/c, L13, 3800-223 Aveiro	33,55 m ²	€205,66

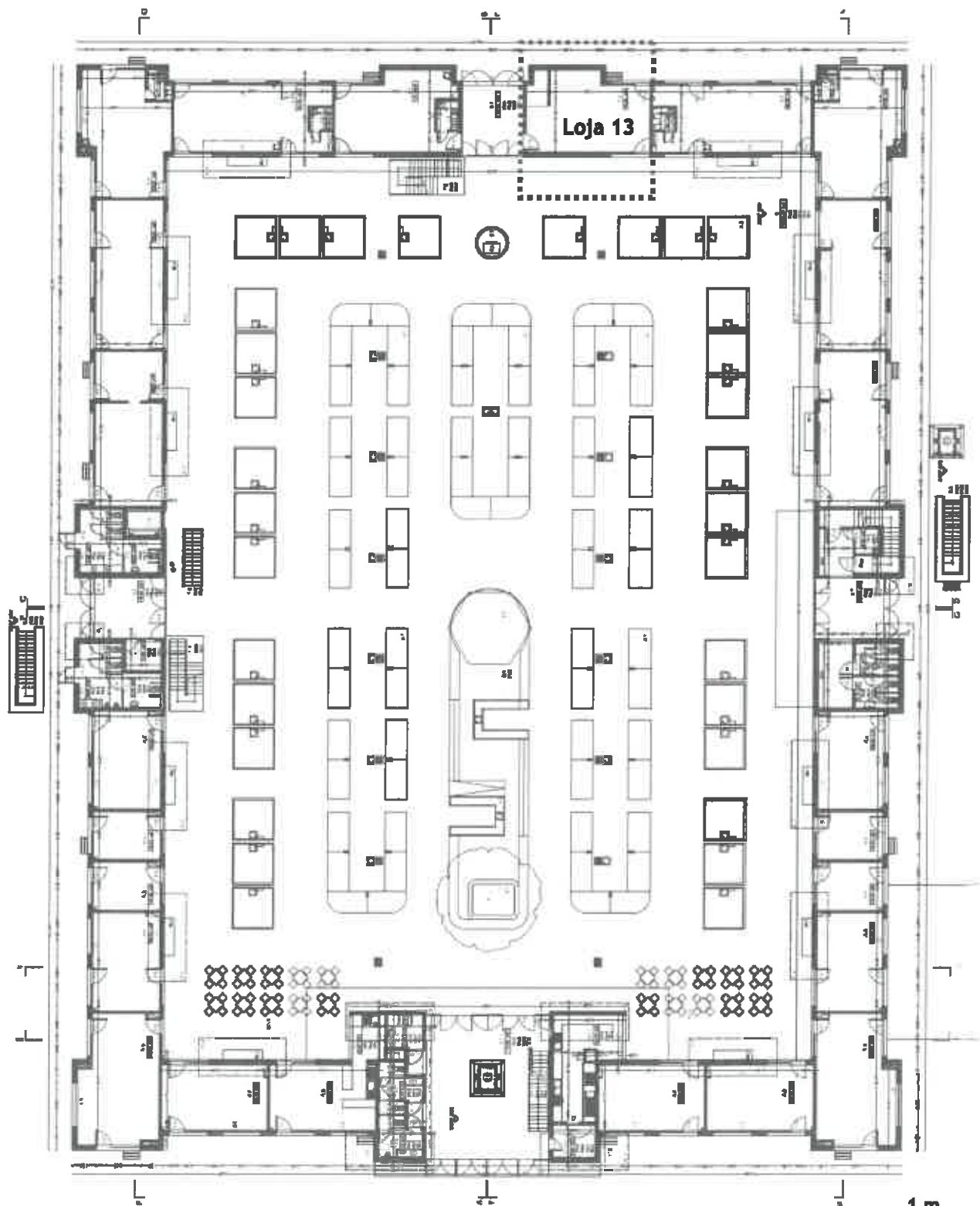
INSTALAÇÕES DE APOIO				
Localização		Designação	Afetas	Comuns
Piso 1	Norte	Instalações Sanitárias	--	X

EQUIPAMENTOS				
N.º		Designação	Afetas	Comuns
--		--	--	--



[Firma manuscrita]

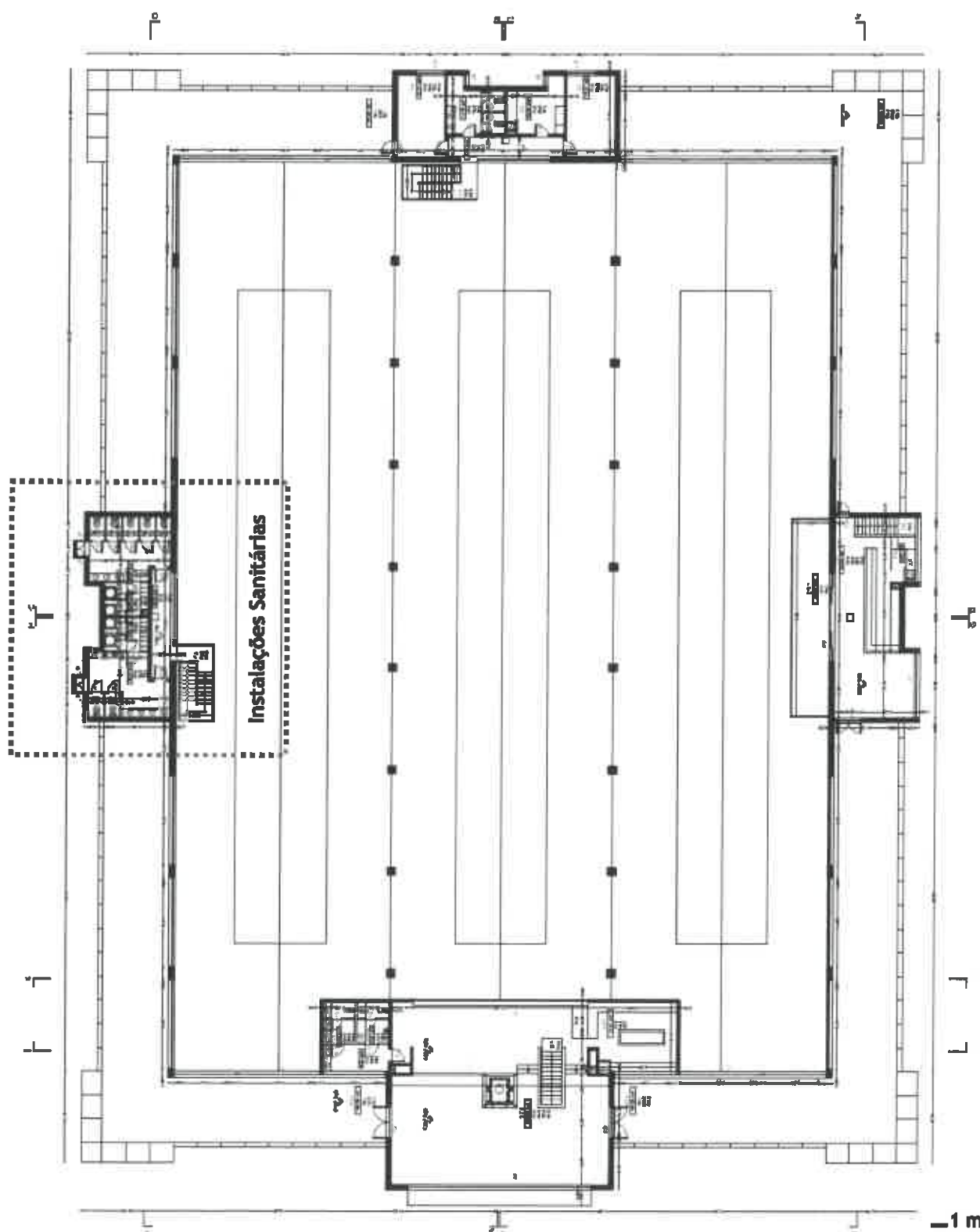
HASTA PÚBLICA | 2018-72



Planta Piso Térreo



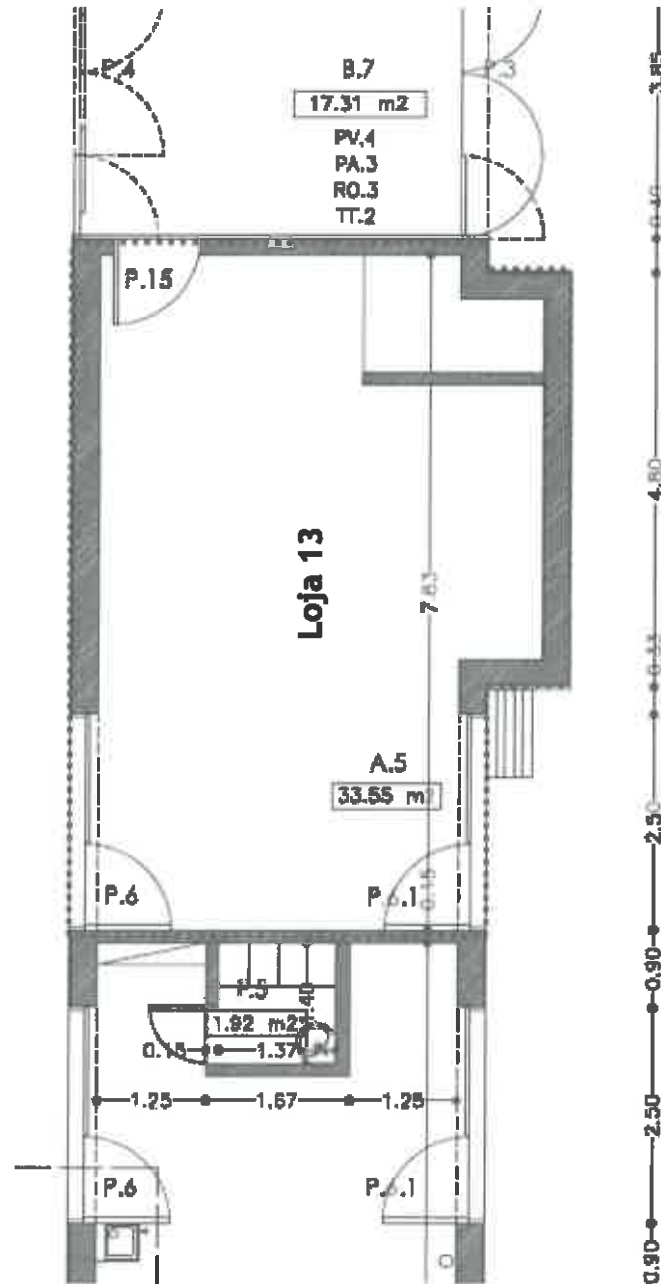
HASTA PÚBLICA | 2018-72



Planta Piso 1



HASTA PÚBLICA | 2018-72

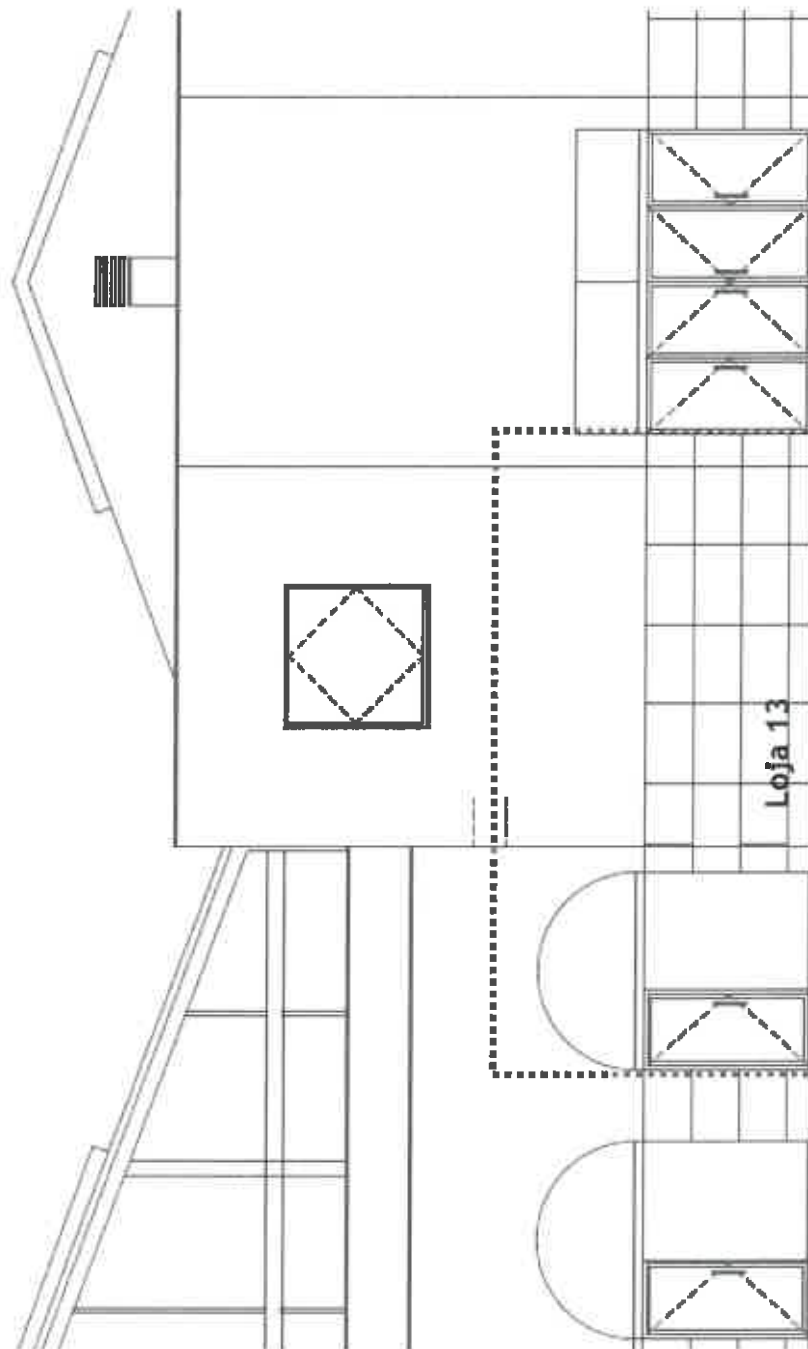


Planta Piso térreo

A



HASTA PÚBLICA | 2018-72



Alcádo Nascente



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO II

LUGARES DE VENDA

LOCALIZAÇÃO, CARATERÍSTICAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE APOIO

[Mercado Manuel Firmino | Loja 16]



LUGAR DE VENDA				
União de Freguesias	Lugar	Toponímia	Área	Taxa de Ocupação Mensal
Glória Vera Cruz	Vera Cruz	Mercado Manuel Firmino, Praça do Mercado, R/c, L16, 3800-223 Aveiro	36,82 m ²	€225,71

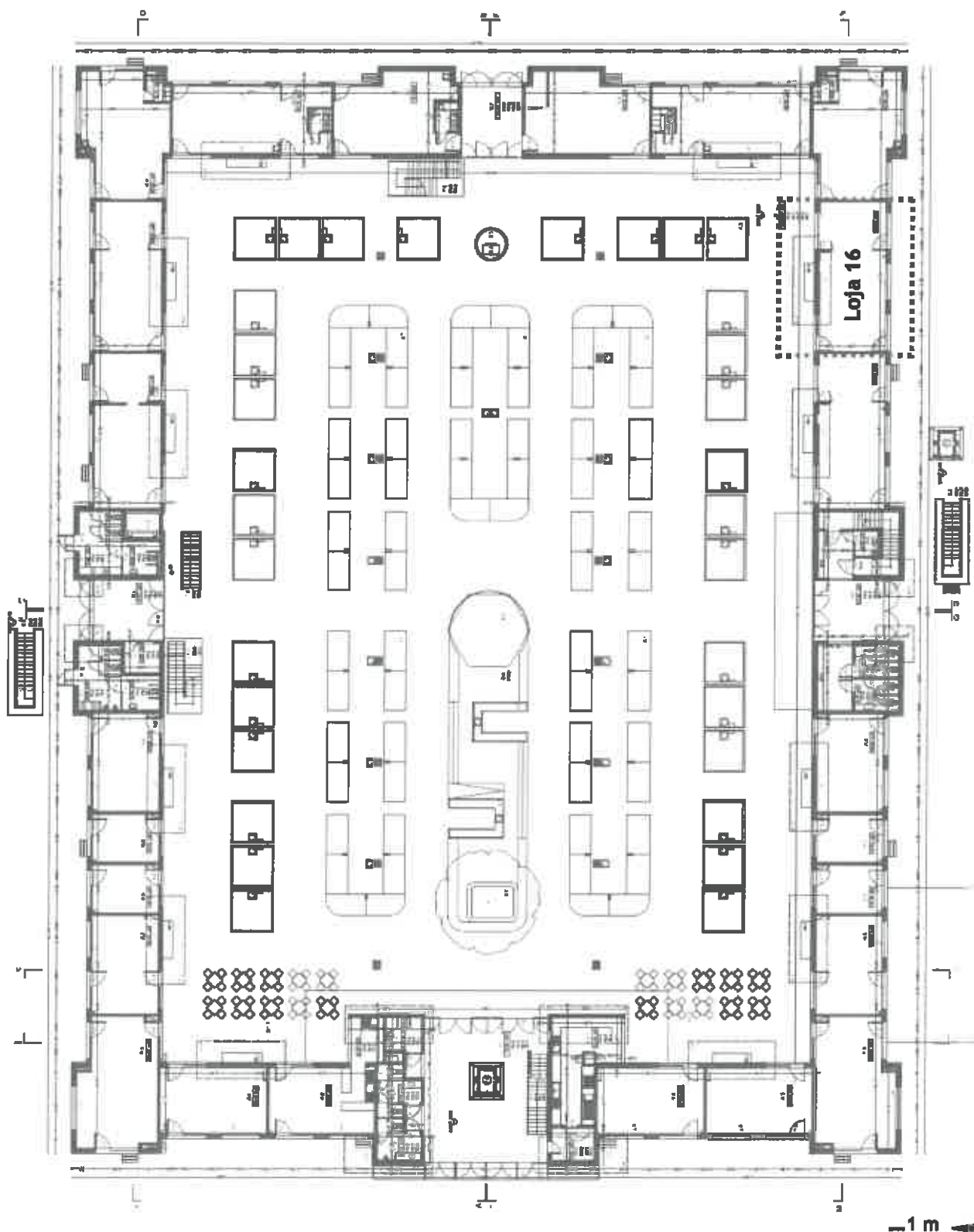
INSTALAÇÕES DE APOIO				
Localização		Designação	Afetas	Comuns
Piso 1	Norte	Instalações Sanitárias	- -	X

EQUIPAMENTOS				
N.º		Designação	Afetas	Comuns
- -		- -	- -	- -



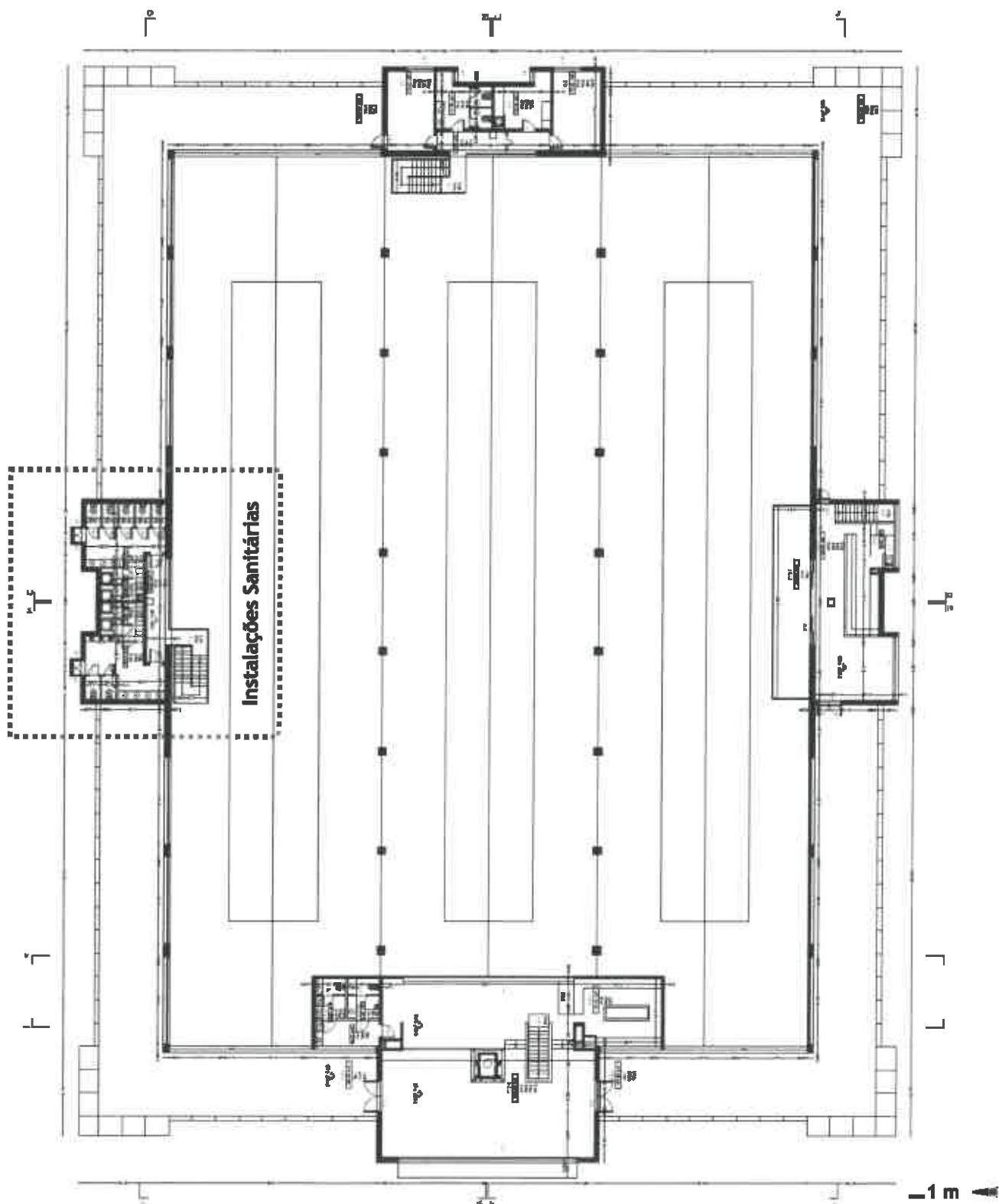
[Firma manuscrita]

HASTA PÚBLICA | 2018-72



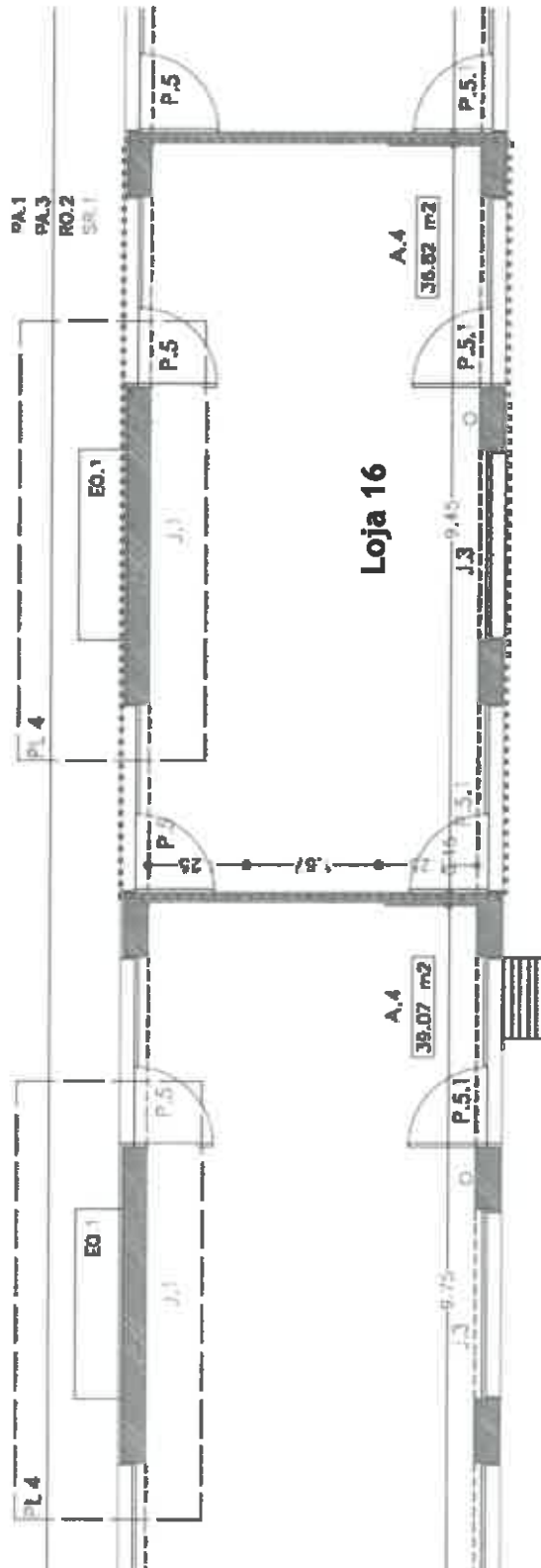


HASTA PÚBLICA | 2018-72



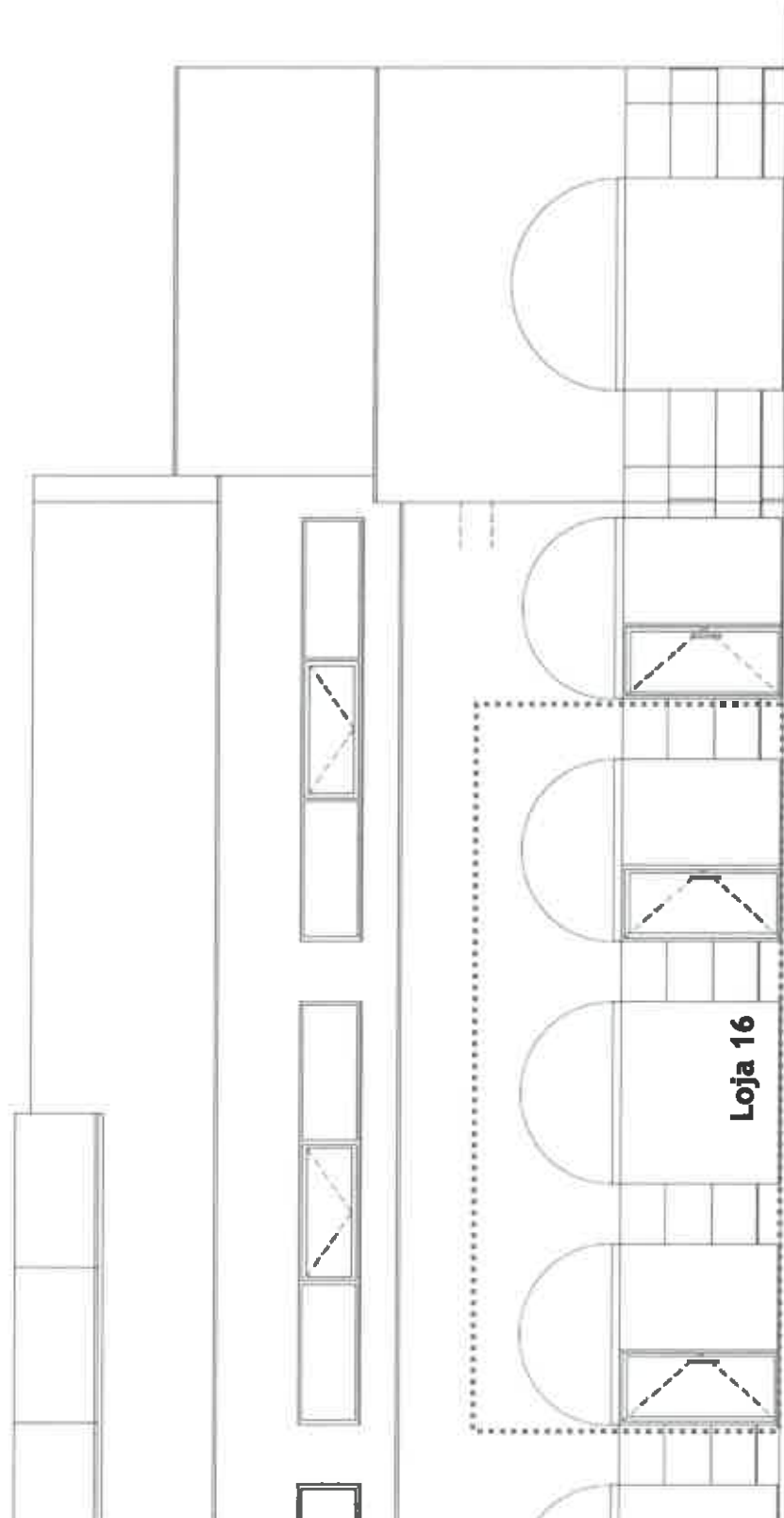


HASTA PÚBLICA | 2018-72





HASTA PÚBLICA | 2018-72



Alçado Sul



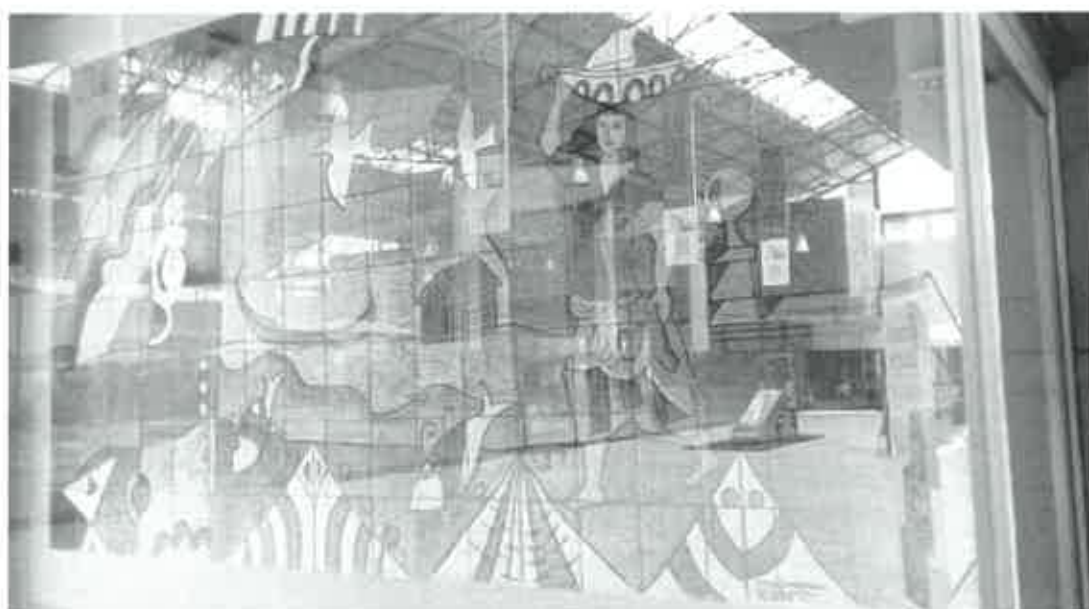
HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO II

LUGARES DE VENDA

LOCALIZAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES DE APOIO

[Mercado Manuel Firmino | Loja 17]





HASTA PÚBLICA | 2018-72

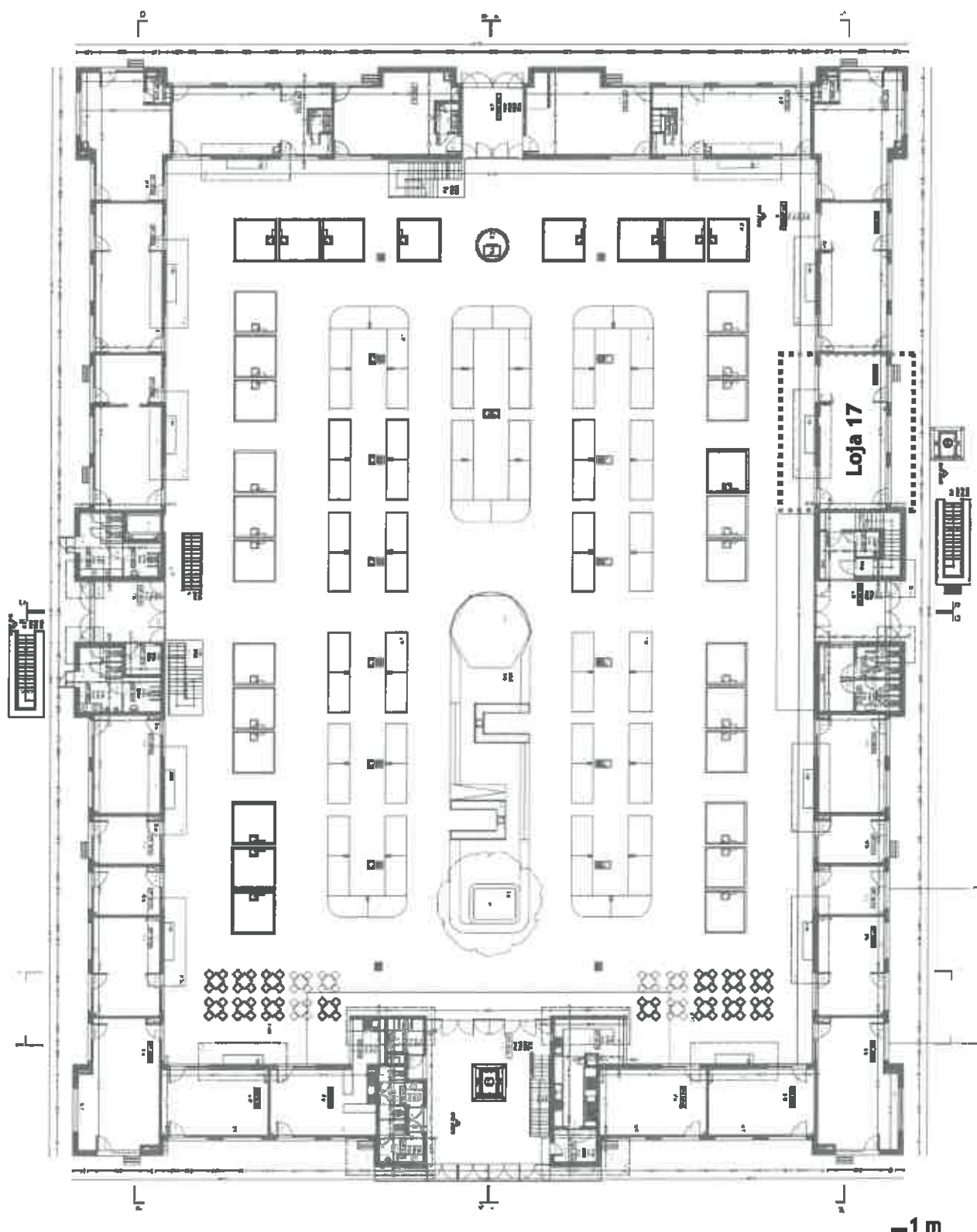
LUGAR DE VENDA				
União de Freguesias	Lugar	Toponímia	Área	Taxa de Ocupação Mensal
Glória Vera Cruz	Vera Cruz	Mercado Manuel Firmino, Praça do Mercado, R/c, L17, 3800-223 Aveiro	39,07 m ²	€239,50

INSTALAÇÕES DE APOIO				
Localização		Designação	Afetas	Comuns
Piso 1	Norte	Instalações Sanitárias	- -	X

EQUIPAMENTOS				
N.º		Designação	Afetas	Comuns
- -		- -	- -	- -



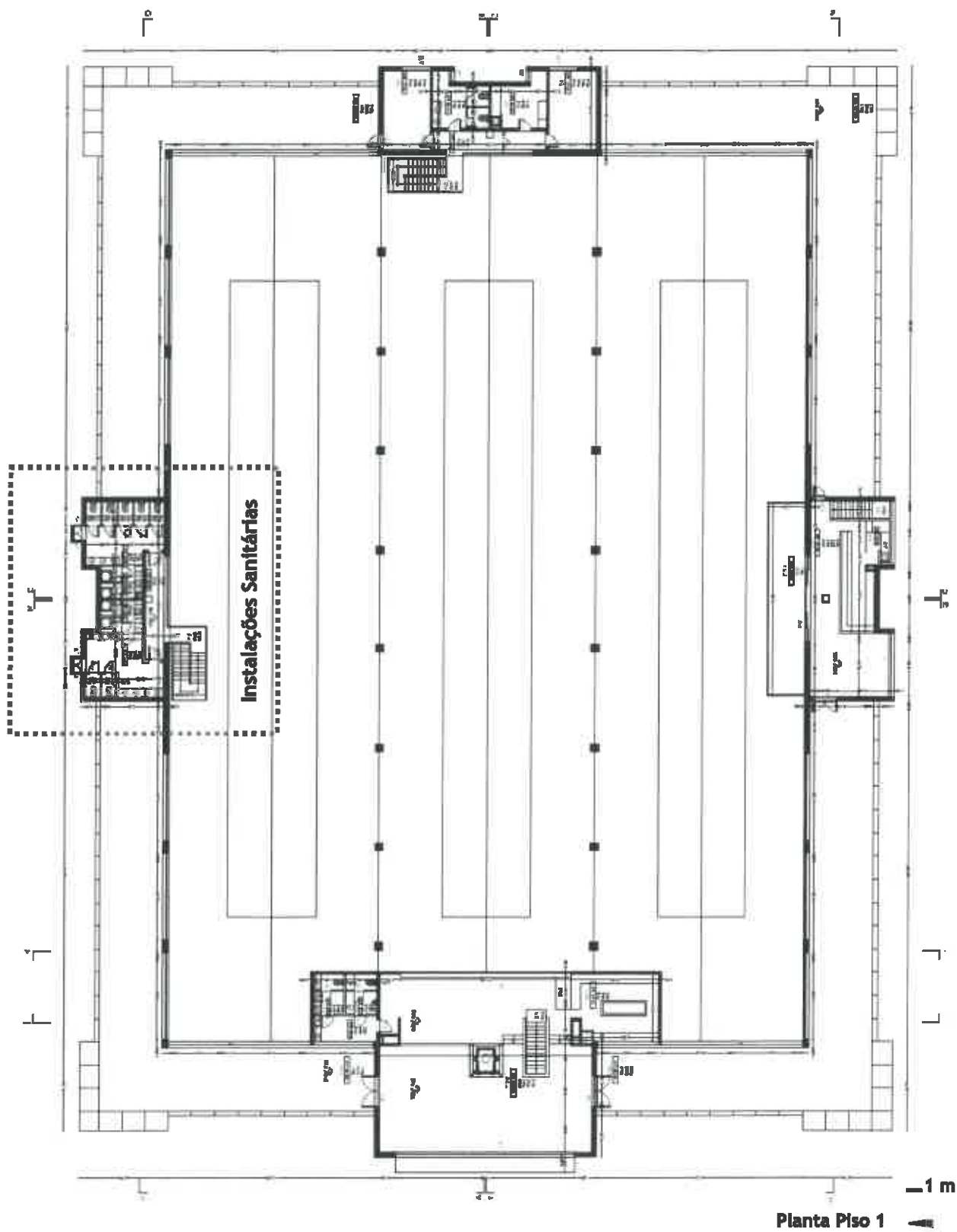
HASTA PÚBLICA | 2018-72



Planta Piso Térreo

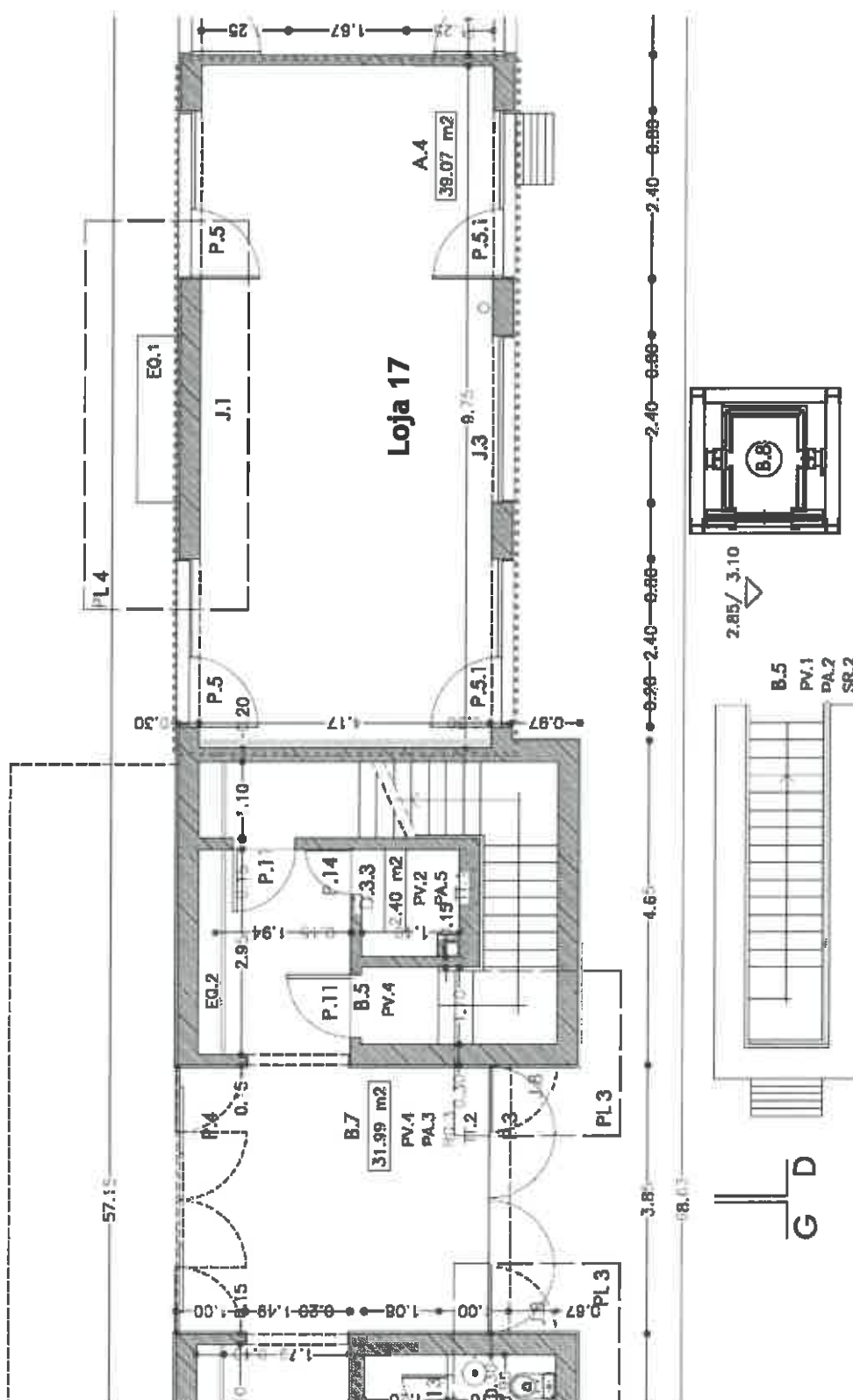


HASTA PÚBLICA | 2018-72





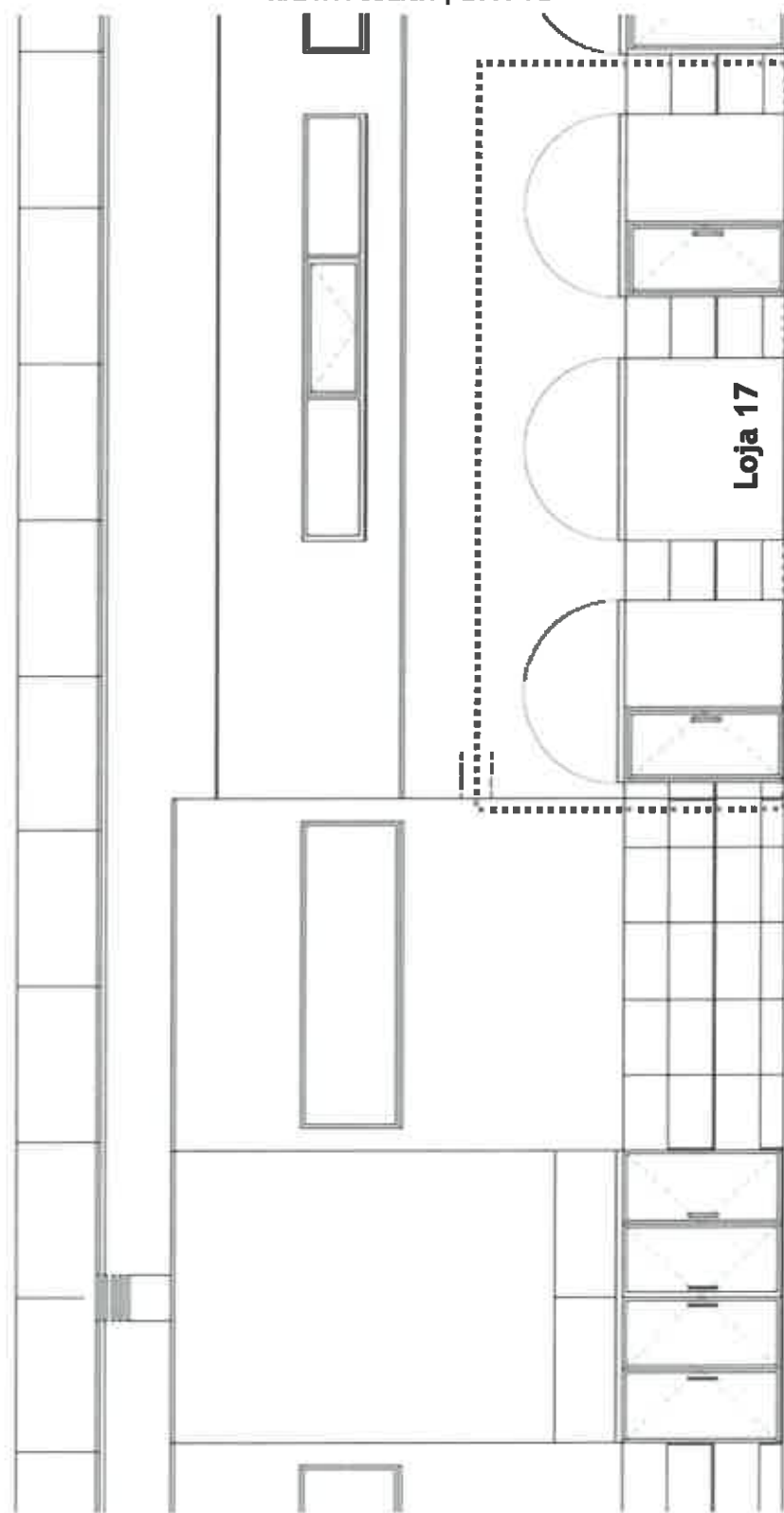
Loja 17



Painel de azulejo



HASTA PÚBLICA | 2018-72



Alcázar Sul



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

Identificação do Concorrente | Declaração de Pessoa Singular

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

NOME			
MORADA FISCAL			
Localidade			Código Postal
CORREIO ELETRÓNICO			TELEFONE
CARTÃO CIDADÃO			Emissão / Validade
BILHETE IDENTIDADE			Arquivo
CONTRIBUINTE			

PROPOSTA DO CONCORRENTE

LUGAR DE VENDA N.º			
ATIVIDADE			
PRINCIPAL			CAE RV 3
SECUNDÁRIO			CAE RV 3
COMPLEMENTAR			CAE RV 3
PRODUTOS			

1. A PESSOA SINGULAR ACIMA IDENTIFICADA, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições da Hasta Pública para “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU DE SERVIÇOS, AS LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO”, publicitado através do Edital n.º 72/2018 declara, sob compromisso de honra, que se obriga a exercer o direito de ocupação e exploração em conformidade com o conteúdo do procedimento mencionado, e demais disposições legais aplicáveis, como o Regulamento das Feiras, Venda Ambulante, Mercados e Atividades Diversas do Município de Aveiro, publicado através do Edital 34/2014, de 08 de junho e no Boletim Municipal Informativo de junho de 2014, o Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015 e o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas.



HASTA PÚBLICA | 2018-72

2. Mais declara, que renuncia a foro especial em tudo o que respeita a execução da licença de ocupação a emitir no âmbito deste procedimento, e se submete, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
3. Declara ainda, sob compromisso de honra, que:
 - a) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - b) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - c) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - d) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
 - e) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
 - f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - g) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - h) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - i) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
4. A declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações determina a rejeição da sua admissão, a rejeição da sua licitação ou a invalidade do auto de arrematação ou da atribuição de licença e dos atos subsequentes.

[Local, [dia], [mês] de 2018

..... [assinatura].



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

Identificação do Concorrente | Declaração de Pessoa Coletiva

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE

DENOMINAÇÃO SOCIAL	
CORPOS SOCIAIS	
CAPITAL SOCIAL	PESSOA COLETIVA N.º
SEDE / MORADA FISCAL	
Localidade	Código Postal
CORREIO ELETRÓNICO	TELEFONE
REPRESENTANTE LEGAL	
CARTÃO CIDADÃO	Emissão / Validade
BILHETE IDENTIDADE	Arquivo
CONTRIBUINTE	

PROPOSTA DO CONCORRENTE

LUGAR DE VENDA N.º	
ATIVIDADE	
PRINCIPAL	CAE RV 3
SECUNDÁRIO	CAE RV 3
COMPLEMENTAR	CAE RV 3
PRODUTOS	

1. A PESSOA COLETIVA ACIMA IDENTIFICADA, através do seu representante legal acima identificado, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento dos termos e condições da da Hasta Pública para “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU DE SERVIÇOS, AS LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO”, publicitado através do Edital n.º 72/2018 declara, sob compromisso de honra, que se obriga a exercer o direito de ocupação e exploração em conformidade com o conteúdo do procedimento mencionado, e demais disposições legais aplicáveis, como o Regulamento das Feiras, Venda Ambulante, Mercados e Atividades Diversas do Município de Aveiro, publicado através do Edital 34/2014, de 08 de junho e no Boletim Municipal



HASTA PÚBLICA | 2018-72

Informativo de junho de 2014, o Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público e dos Horários de Funcionamento do Município de Aveiro, publicado em Diário da República, 2.ª Série, n.º 145, de 28 de julho de 2015 e o Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, na sua redação atual, relativamente aos quais declara aceitar, sem reservas.

2. Mais declara, que renuncia a foro especial em tudo o que respeita a execução da licença de ocupação a emitir no âmbito deste procedimento, e se submete, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
3. Declara ainda, sob compromisso de honra, que:
 - a) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - b) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - c) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
 - d) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional];
 - e) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional];
 - f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
 - g) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);
 - h) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes]:
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;



HASTA PÚBLICA | 2018-72

- iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - i) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.
4. A declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações determina a rejeição da sua admissão, a rejeição da sua licitação ou a invalidade do auto de arrematação ou da atribuição de licença e dos atos subsequentes.

[Local, [dia], [mês] de 2018

..... [assinatura].



HASTA PÚBLICA | 2018-72



ANEXO IV
CAUÇÃO
GARANTIA BANCÁRIA
[Modelo 1]

O Banco, com sede em, freguesia de, Concelho de, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de €.....,.... (.....) [por extenso], PRESTA A FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, GARANTIA AUTÓNOMA, à primeira solicitação, no valor de €.....,.... (.....) [por extenso], destinada a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que a [entidade arrematante], com sede em, freguesia de, Concelho de, identificação fiscal n.º, assume por força da sua posição de arrematante e titular do alvará de licença de ocupação a emitir pela CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO e que tem por objeto a HASTA PÚBLICA por licitação verbal para a “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU SERVIÇOS, LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO”, publicitada através do Edital n.º 72/2018, para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e regulado nos termos da legislação em vigor.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a arrematação ou com o alvará de licença de ocupação a emitir no âmbito do procedimento atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que a [entidade arrematante], assume com a arrematação e como titular do respetivo alvará de licença.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Mais reconhece que, para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente, relativas à interpretação, validade e execução, é competente o TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE AVEIRO.

[Local, [dia], [mês] de 2018

..... [assinatura].



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO IV
CAUÇÃO
SEGURO CAUÇÃO
[Modelo 2]

A Companhia de Seguros, com sede na, freguesia de, Concelho de, pessoa coletiva n.º, matriculada na Conservatória de Registo Comercial de, com o capital social de €.....,.... (.....) [por extenso], PRESTA A FAVOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, SEGURO CAUÇÃO AUTÓNOMO, à primeira solicitação, no valor de €.....,.... (.....) [por extenso], destinado a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações que a [entidade arrematante], com sede em, freguesia de, Concelho de, identificação fiscal n.º, assume por força sua posição de arrematante e titular do alvará de licença de ocupação a emitir pela CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO e que tem por objeto a HASTA PÚBLICA por licitação verbal para a “ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU SERVIÇOS, LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO”, publicitada através do Edital n.º 72/2018, para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua redação atual, e regulado nos termos da legislação em vigor.

A Companhia de Seguros obriga-se a pagar aquela quantia, ou parte dela, à primeira solicitação da CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO sem que esta tenha que justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com a arrematação ou com o alvará de licença de ocupação a emitir no âmbito do procedimento atrás identificados, ou com o cumprimento das obrigações que a [entidade arrematante], assume com a arrematação e como titular do respetivo alvará de licença.

A Companhia de Seguros deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por esta.

O presente seguro caução autónomo não pode em qualquer circunstância ser denunciado, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável.

Mais reconhece que, para conhecimento de quaisquer questões emergentes da presente, relativas à interpretação, validade e execução, é competente o TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE AVEIRO.

[Local, [dia], [mês] de 2018

..... [assinatura].



HASTA PÚBLICA | 2018-72

ANEXO IV

CAUÇÃO

GUIA DE DEPÓSITO

[Modelo 3]

Val [entidade arrematante], com sede em, na freguesia de, concelho de, contribuinte n.º, **DEPOSITAR** na [sede, filial, agência ou delegação] da [Instituição de crédito] a quantia de €.....,.... (.....) [por extenso] **COMO CAUÇÃO** exigida no procedimento por HASTA PÚBLICA, por licitação verbal, para a “**ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DE QUATRO LUGARES DE VENDA PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTO DE COMÉRCIO E/OU SERVIÇOS, LOJAS 8, 13, 16 E 17 DO MERCADO MANUEL FIRMINO, NO MUNICÍPIO DE AVEIRO**”, publicitada através do Edital n.º 72/2018, para os efeitos previstos nos artigos 88.º a 90.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual, e regulado nos termos da legislação em vigor.

Este DEPÓSITO FICA À ORDEM DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Mais reconhece que, para conhecimento de quaisquer questões relativas à interpretação, validade e execução da presente, é competente o TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE AVEIRO.

[Local, [dia], [mês] de 2018

..... [assinatura].